



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 09/2022

----- Ata da reunião ordinária realizada aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois. -----

----- Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Flávio Miguel Tacanho Massano, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores Tomé Isento Branco Lopes, Sérgio Daniel Paiva Marcelo, Nuno Manuel Matos Soares e Ângela Maria Luís Muxana. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Ordem do Dia estabelecida para a presente reunião incluiu os seguintes assuntos: -----

1. Intervenção do Público.

2. Período Antes da Ordem do Dia.

3. Ordem do Dia.

3.1. Apresentação da proposta de alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal.

3.2. Deliberação sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2021 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício e sua submissão a votação da Assembleia Municipal.

3.3. Deliberação sobre a Revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2022 e respetiva remessa à Assembleia Municipal.

3.4. Deliberação sobre a Alteração Orçamental n.º 1/2022.

3.5. Deliberação sobre a nomeação do Presidente da Câmara como representante do Município na Sociedade Hidroelétrica de Manteigas e sobre as resoluções, aprovadas em Assembleias Gerais da referida sociedade, concernentes à reestruturação da dívida e à redução do capital social, no âmbito da informação n.º 1405/Proc.2022/100.20.001/8.

3.6. Deliberação sobre a proposta de início do procedimento para aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Manteigas.

3.7. Deliberação sobre o valor a afetar, no âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 3.8. Deliberação sobre a proposta de integração de entidades na Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE).**
- 3.9. Deliberação sobre o Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Manteigas no Agrupamento de Escolas de Manteigas e respetiva remessa à Assembleia Municipal.**
- 3.10. Deliberação sobre a informação n.º 1503/Proc.2022/850.10.003/5, referente à reabertura de candidaturas, no âmbito do Regulamento de Apoio à Fixação de Empresas, ao Emprego e ao Investimento - 2.ª alteração.**
- 3.11. Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização do pavilhão gimnodesportivo, efetuado pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas, com vista à realização de estágio técnico de preparação, no âmbito da modalidade de Karaté Escolar.**
- 3.12. Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização de instalações do Ninho de Empresas, efetuado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, com vista à realização de sessões de formação.**
- 3.13. Deliberação sobre a atribuição de topónimo a arruamento paralelo à Rua de Santa Maria e convergente com a Rua do Triunfo.**
- 3.14. Conhecimento dos Atos Praticados por Delegação de Competências.**
- 3.15. Aprovação em minuta das deliberações, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

----- O Senhor Presidente após saudar todos os presentes, deu posse à Senhora Dra. Ângela Muxana como Vereadora da Câmara Municipal, no seguimento da renúncia ao cargo da Senhora Vereadora Ana Matos. Nessa conformidade, depois de verificar a identidade e legitimidade da substituta legal para preenchimento da vaga, o Senhor Presidente deu por oficialmente empossada no seu cargo, a Senhora Vereadora Ângela Muxana. Deu-lhe as boas-vindas, com desejos de boa sorte, esperando que apresente bons contributos para Manteigas. --

Intervenção do público. -----

----- O Senhor Presidente verificando que se encontrava inscrito o Senhor Joaquim Pinheiro, para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O munícipe, Senhor Joaquim Pinheiro, iniciou a sua intervenção informando que a sua presença se devia à existência de sinais de trânsito que proíbem o estacionamento do lado oposto à sua residência, no Bairro da Enxertada. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Comunicou que, durante muitos anos se sentiu prejudicado naquele bairro, uma vez que havia sempre veículos estacionados em frente à sua garagem do outro lado da rua pelo que as autoridades, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana (GNR) foi chamada a intervir por diversas vezes. -----

Cansado desta situação, solicitou à Câmara Municipal, a colocação destes sinais lembrando que aquela rua não tem saída e tem cinco metros de largura, os mesmos que mede a sua viatura, de comprimento. -----

Aludindo a uma suposta publicação nas redes sociais, efetuada pelo Senhor Vereador Nuno Soares, na qual este refere que a existência destes sinais é um absurdo e que existe gente privilegiada, afirmou que não se sente na condição de privilegiado, uma vez que a colocação dos sinais em causa foi a expensas suas dado que teve de proceder ao seu pagamento. De seguida, apresentou a fatura corroborando o que acabara de declarar. -----

Terminou dizendo que pretende que o assunto não seja alvo de complicações para ninguém, mas sim que apenas se solucione a situação de uma vez por todas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do munícipe referindo que este assunto foi abordado na reunião anterior do Executivo. Declarou que, nestas questões de natureza mais privada, o bom senso deverá imperar por forma a não beneficiar uns em detrimento de outros e, por outro lado, a não suprimir os direitos das pessoas. -----

Acrescentou que, segundo indicação dos outros moradores do bairro, para o munícipe poder entrar na sua garagem, ficam eles prejudicados, dado que ficam impossibilitados de estacionar do outro lado da rua, naquele espaço em frente à casa. -----

Transmitiu que na reunião de Câmara ficou de se analisar a melhor forma de resolver a situação sem prejuízo para ninguém, indicando que existem outras situações idênticas no Município. -----

Sugeriu, por exemplo, a possibilidade de se adotar uma limitação horária da proibição de estacionamento naquele local de modo a garantir os direitos de todos. -----

Seguidamente, concedeu o direito de resposta ao Senhor Vereador Nuno Soares, visto este ter sido visado na intervenção do munícipe. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares agradeceu a concessão da palavra. Começou por dar as boas-vindas à Senhora Vereadora Ângela Muxana desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções. -----

Exercendo o seu direito de resposta, refutou, categoricamente, a colocação deste assunto nas redes sociais. Esclareceu que levantou esta questão em reunião de Câmara a propósito de uma situação idêntica visto que, enquanto eleito local, é sua função e obrigação apresentar nas reuniões do Órgão Executivo, os problemas apresentados pelos munícipes. -----

Handwritten signatures in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Afirmou que não pode haver privilégios de uns em detrimento de outros sendo que esta não é uma situação particular, mas sim uma situação pública, uma vez que se trata de um espaço inutilizado para efeitos de estacionamento em benefício do munícipe. -----

Compreenderia se o munícipe necessitasse de mais espaço junto ao portão da sua casa. Todavia, sendo do outro lado da rua, não lhe faz sentido. -----

Concluiu, asseverando que não se trata de uma questão pessoal com o munícipe nem tampouco de uma questão a favor de ninguém em particular, mas sim do prejuízo de um bairro inteiro assente na existência de um lugar de estacionamento que fica, de forma permanente, sem ocupação durante todo o dia, devido à proibição de estacionamento no mesmo, para que um residente possa utilizar apenas uns minutos a fim de retirar o seu veículo da sua garagem. -----

----- O munícipe alegou que, na sua ótica, não estava a prejudicar um bairro inteiro. Reiterou que necessita daquele espaço do outro lado da rua para manobrar o seu veículo que tem o mesmo comprimento da largura da rua. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares respondeu que essa situação era uma questão pessoal do munícipe. Terminou, insistindo que não considera correto que um lugar de estacionamento esteja a ser inutilizado devido a uma situação que não julga ser estritamente necessária, num local onde ainda reside um número considerável de pessoas e no qual existe a necessidade dos outros moradores terem o direito a estacionar os seus veículos junto das suas habitações. -----

----- Após a resposta do Senhor Vereador Nuno Soares, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, enquanto os sinais de trânsito estiverem no local, a situação permanecerá tal como se encontra atualmente. Alertou, todavia, que tendo sido trazido a reunião do Órgão Executivo, a Câmara terá de estudar e analisar a situação por forma a dar resposta à mesma para benefício de todos e sem prejuízo para ninguém. -----

No final, deixou um agradecimento ao munícipe pela sua vinda e pela sua intervenção passando para o Período antes da Ordem do Dia, dado não haver mais inscrições de público. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara iniciou este ponto, comunicando que o relatório da Expo Estrela se encontra concluído e que o mesmo seria remetido aos Senhores Vereadores para análise. Neste contexto, informou que, de um modo geral, a avaliação do evento foi positiva existindo pontos a melhorar, como já referido em momentos anteriores. -----

De seguida, declarou abertas as inscrições para os Senhores Vereadores que desejassem intervir. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Branco, após saudar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial à Senhora Vereadora Ângela Muxana pela tomada de posse, estando certo de que o trabalho que desenvolverá, será profícuo e em prol do Concelho de Manteigas. --



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

De uma forma muito breve, questionou o Senhor Presidente sobre a instalação dos equipamentos no Bairro do Alardo e sobre informações concernentes ao relatório da mini-hídrica. -----

Deixou nota que os contactos institucionais dos membros do Órgão Executivo ainda não constavam da página *online* do Município. -----

Sugeriu também a introdução dos pontos relativos à fixação da joia e das quotas da Associação EPH - Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas na ordem de trabalhos da reunião a realizar relativa a esta associação. -----

Para finalizar, lembrou a necessidade de se marcar uma reunião para discussão de alguns assuntos que se encontram pendentes, nomeadamente os referentes à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas (AHBVM), ao Skiparque, à fonte Paulo Luís Martins e ao Regulamento de Apoio Social e Incentivo à Fixação de Pessoas e Famílias. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção breve do Senhor Vereador Tomé Branco. Informou que os contactos institucionais de *email* do Executivo iriam ser publicados no *site* da Câmara Municipal ainda no decorrer desta semana. -----

Quanto à instalação dos *kits* solares térmicos no Bairro do Alardo, transmitiu que apenas faltava estabelecer algumas ligações, cuja execução estava prevista na semana anterior a esta reunião. Admitiu não conseguir, de momento, garantir a efetivação dessas ligações, uma vez que o responsável por esse processo se encontrava ausente. -----

Em relação ao relatório concernente à mini-hídrica, o Senhor Presidente informou que aquele inclui uma folha de cálculo muito simples, a qual apenas contém os meses do ano e a respetiva faturação mensal. O mesmo será enviado aos Senhores Vereadores para análise. -----

Referiu que este relatório será acompanhado de uma reunião, da qual já foi pedida a marcação e que ainda não decorreu, no sentido de se averiguar o que está a acontecer para a existência de uma faturação tão reduzida. -----

Em relação à fixação do valor da joia e das quotas da Associação EPH - Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que decorreu uma reunião de Direção da associação, à qual o Senhor Presidente de Câmara preside, onde foram debatidos vários assuntos não tendo sido este assunto abordado. -----

Informou que a escola se depara com vários problemas, que são do conhecimento de todos, designadamente, os relativos à caldeira de aquecimento, aos painéis solares, ao teto de uma sala e ao telhado do edifício central. -----

Transmitiu que, até à data, há duas (2) inscrições de alunos sendo que, para fazer face à saída dos onze (11) que terminarão o curso neste ano, serão necessárias, pelo menos, mais dez (10) inscrições. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Revelou que foi debatida a questão das rendas e a forma de auxílio por parte da Câmara Municipal mencionando, a título exemplificativo, a preparação de brochuras, a mudança de logotipo e a mudança de fardas, no sentido dar uma nova imagem e uma nova roupagem à escola e com o objetivo de uma maior captação de alunos. -----

Destacou ainda que, no âmbito da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, está a decorrer a definição da rede de cursos profissionais da área abrangida por esta entidade, tendo ficado previsto o impedimento de abertura de cursos idênticos aos lecionados na Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, pelo menos, no próximo ano letivo. -----

Relativamente à reunião para debate dos assuntos referidos pelo Senhor Vereador Tomé Branco, concordou que deverá ser agendada. -----

Aproveitou para referir não ter sido ainda recebida qualquer resposta, relativa à carta do concessionário do Skiparque, por parte dos serviços jurídicos da Câmara. Informou que a resolução do contrato, deliberada pelo Executivo anterior, deverá ser respeitada, uma vez que, todos os tribunais que analisaram as providências cautelares interpostas por aquela empresa, tomaram decisões favoráveis ao Município. -----

Neste contexto, referiu que, após a receção da resposta dos serviços jurídicos, este Executivo terá de assumir uma decisão final relativamente a este assunto, concluindo que existem situações complexas, que por muito boa-fé e vontade negocial que exista, muito dificilmente se conseguirá chegar a um consenso sobre as mesmas. -----

Após resposta às questões apresentadas pelo Senhor Vereador Tomé Branco, concedeu a palavra à Senhora Vereadora Ângela Muxana. -----

----- A Senhora Vereadora Ângela Muxana agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas e a forma calorosa como foi recebida no seio deste Órgão Executivo, assegurando que abraça este desafio com toda a responsabilidade esperando dar o seu melhor pelo Município. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu as palavras de reconhecimento da Senhora Vereadora Ângela Muxana passando, de seguida, a palavra ao Senhor Vereador Nuno Soares. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares iniciou a sua intervenção questionando o Senhor Presidente acerca da apresentação de queixa junto das autoridades competentes relativamente ao sinal de trânsito que foi vandalizado em Sameiro e, entretanto, já recolocado. Solicitou uma cópia do requerimento e da resposta dada a um munícipe daquela freguesia para a colocação do sinal naquele local. -----

Deu conta da publicitação de cortes no abastecimento de água na Freguesia de Sameiro e de Vale de Amoreira, nas redes sociais. Porém, e apesar de considerar estes meios eletrónicos os mais expeditos na divulgação de informação, alertou para o facto de nem todas as pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

residentes no Concelho e principalmente nestas freguesias, terem um acesso regular e permanente aos mesmos. -----

Nestas circunstâncias, sugeriu a produção de cartazes informativos a serem colocados nos locais habituais de publicitação, dando também conhecimento às Juntas de Freguesia para que os seus fregueses fiquem devidamente informados. -----

Em relação à visita da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) aos parques infantis do Concelho, indagou acerca de novos desenvolvimentos. Perguntou se foram contratados seguros para estas estruturas lembrando da existência de outros dois equipamentos instalados em Vale de Amoreira e em Sameiro, mais concretamente, no parque urbano e um baloiço junto à Fonte de São João, respetivamente. -----

Recordou que apesar de os terrenos serem pertença das Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal terá, neste momento, direitos de propriedade, visto as estruturas e a colocação dos equipamentos terem sido realizados por esta entidade. -----

Assim, considerou urgente e elementar, o apuramento da responsabilidade na contratação de seguros para estes equipamentos: se das Juntas de Freguesia, se da Câmara Municipal. No caso de a responsabilidade pertencer ao Município, não deverá ser esquecida a inclusão daquele material no seguro a contratar. -----

Por último, aludindo ao transporte de uma família ucraniana, constituída por um adulto (mãe) e três crianças em idade escolar, instalada numa casa em Sameiro, informou que o transporte da mãe, para o seu emprego e o das crianças, para a escola, não é compatível, dificultando, desta forma, a vida desta senhora. -----

Afirmou que, ao contrário da possibilidade de transferência desta família para a Vila de Manteigas, a solução terá passar por uma resposta de mobilidade dentro do Concelho para todas as freguesias que constituem o Município e para todas as pessoas, residentes no mesmo, que não tenham possibilidade de se deslocar em transporte próprio às horas mais convenientes.

Realçou, portanto, que o problema não se resume apenas a esta família ucraniana, mas sim a todos os habitantes de Manteigas. -----

Lembrou que no programa eleitoral do PSD (Partido Social Democrata) existia uma proposta de mobilidade transversal para todas as pessoas, através da aquisição de um autocarro elétrico no sentido de efetuar um transporte coletivo ao longo de um circuito interno municipal. Admitiu, todavia, não ser uma solução de rápida e fácil implementação. -----

Até se encontrar uma solução estrutural e permanente para este problema, deixou como sugestão a criação de uma segunda volta do atual trajeto efetuado pela Câmara Municipal que se realizaria mais cedo do que a existente, de modo a permitir às pessoas trazer as



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

suas crianças para o infantário, para o jardim infantil e para a escola, sem prejudicar o horário de entrada nos seus empregos. -----

Para finalizar, mencionou que gostaria de falar sobre as férias escolares, mas que, devido à extensa Ordem do Dia, seria um assunto a abordar numa próxima reunião. -----

----- Em relação à primeira questão do Senhor Vereador Nuno Soares, o Senhor Presidente informou que, de facto, foi apresentada uma queixa e que a mesma seguiu para o Ministério Público, segundo informações da Guarda Nacional Republicana (GNR). Declarou que uma situação destas não pode passar despercebida uma vez que se trata de vandalismo do património municipal que é pago com o dinheiro de todos os munícipes. -----

No que diz respeito aos cartazes informativos, agradeceu e concordou em pleno com a nota deixada pelo Senhor Vereador Nuno Soares, uma vez que este meio de comunicação contribuirá, decerto, para o aumento da quantidade de pessoas informadas sobre este e outros assuntos e atividades. Assim, declarou que a Câmara Municipal terá em consideração para o futuro, esta forma de comunicação. -----

Sobre a fiscalização dos parques infantis, informou que ainda não foi recebida nenhuma notificação por parte da ASAE. Acrescentou que a Câmara Municipal está a aguardar a chegada do relatório a fim de analisar as medidas a serem tomadas, uma vez que deste documento constarão as não-conformidades detetadas. -----

Neste aspeto, informou que estava já a decorrer um estudo referente a este tema no qual estava em apreciação o encerramento de algumas destas estruturas. -----

Quanto ao equipamento instalado no parque urbano de Vale de Amoreira e ao baloiço colocado em Sameiro, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que teria de averiguar junto dos serviços camarários a real situação no que concerne à responsabilidade sobre aquelas estruturas. Contudo, referiu que, supostamente, a gestão deste parque estaria sob gestão da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. -----

O Senhor Vereador Nuno Soares solicitou a palavra para destacar que a questão efetiva passa pela gestão do parque. Indagou sobre a oficialização da transferência do equipamento para a Junta de Freguesia. A ter sucedido, não haveria dúvidas sobre a responsabilidade de gestão e manutenção do mesmo. Não deixou, conquanto, de referir que a manutenção tem sido efetuada pela Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Câmara anuiu reiterando que, segundo informação dos serviços camarários, a gestão e manutenção do parque urbano estaria a ser realizada pela Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. -----

Sobre a questão dos transportes, o Senhor Presidente concordou com a intervenção do Senhor Vereador Nuno Soares no sentido de que é necessário acautelar os interesses de todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

habitantes do Concelho, procurando encontrar-se soluções para resolver os problemas para o futuro. -----

Frisou que todos os pedidos de transporte que têm sido solicitados a este Executivo têm sido resolvidos pelo que, este em concreto, respeitante a esta família ucraniana, também terá ser solucionado. -----

Em relação à aquisição de um autocarro elétrico ou de outro meio de transporte equivalente, afirmou apreciar a ideia, sublinhando, contudo, que deverá aguardar-se o surgimento de alguma candidatura que permita uma aquisição deste género de veículo. -----

Fez saber que em reunião havida com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte foi debatida a hipótese de partilha de um equipamento de transporte entre os dois Municípios, dada a existência, no seu entender, de uma proximidade bastante grande e de uma afinidade ao nível de alguns serviços entre Manteigas e Belmonte. -----

Advertiu, porém, que o assunto não é de fácil tratamento uma vez que, para operar na área dos transportes coletivos, um Município tem de se posicionar como operador de transportes. Informou que a matéria referente aos transportes intermunicipais está delegada na CIMBSE. -----

Adiantou que, relativamente ao transporte para as freguesias do Concelho, o Executivo irá esforçar-se para existir, pelo menos, transporte de e para Sameiro e Vale de Amoreira na altura da realização de eventos municipais para assegurar que os habitantes dessas freguesias possam deslocar-se aos mesmos. -----

Para concluir, afirmou que, relativamente a outras lógicas de transporte para o futuro, estas terão de ser pensadas e trabalhadas. -----

----- **Ordem do Dia** -----

Apresentação da proposta de alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que o propósito de trazer este assunto a reunião de Câmara é dar a conhecer este processo a todos os membros do Órgão Executivo de maneira a poderem ficar com uma noção concreta do que está a ser feito e das dificuldades que o mesmo está a apresentar. -----

Elucidou que solicitou a presença dos serviços camarários, na pessoa do Senhor Engenheiro João Gabriel e da Senhora Arquiteta Ana Martins, para fazerem uma exposição do está a ser desenvolvido neste âmbito e poderem indicar o perímetro urbano atual, o perímetro urbano proposto pela Câmara Municipal e a resposta das várias entidades. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel tomou a palavra e saudou todos os presentes. ----- Começou por indicar que a proposta inicial efetuada pela Câmara Municipal, sob a gestão do Executivo anterior, foi alvo de pareceres desfavoráveis por parte das entidades competentes, nomeadamente da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Centro, APA – Agência Portuguesa do Ambiente, ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entre outras. -----

Neste contexto e visto que as regras de classificação dos solos foram alteradas, isto é, passaram a existir apenas solos urbanos e solos rurais, indicou que a Câmara Municipal terá de defender as áreas que deseja continuar a considerar como urbanas, e que, por força da alteração da legislação, se encontram inseridas em solo rural. -----

Nesta circunstância, a Câmara Municipal deverá justificar a manutenção dos perímetros urbanos propostos com base na existência de prévia urbanização ou edificação, ou de compromissos já assumidos, ou de planos de urbanização já consolidados e evidenciados em orçamentos camarários que demonstrem uma intenção inequívoca de infraestruturização de zonas, atualmente, definidas como rurais. Caso contrário, as propostas da Câmara Municipal não serão aceites, de acordo com os pareceres emitidos já mencionados. -----

----- A Senhora Arquiteta Ana Martins, tomou a palavra, destacando que a defesa do perímetro urbano terá de ser efetuada com base nos pressupostos enunciados pelo Senhor Engenheiro João Gabriel, de uma forma global e não isolada, de maneira a garantir a sua manutenção, isto é, a salvaguarda de uma determinada zona terá de assentar em vários pressupostos e não em apenas um, exclusivamente -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel, retomou a palavra, referindo que a proposta inicial implicava a existência de zonas urbanizadas em solo rural, independentemente da sua fundamentação. Acrescentou que, segundo indicações do anterior Executivo, a remoção destas zonas da proposta inicial deveria acontecer de acordo com pareceres externos e não sob proposta da Câmara Municipal. -----

Em consequência, comunicou que tal proposta foi rebatida pelas entidades competentes, uma vez que não se denotou qualquer fundamento legal para a sua manutenção. Informou que, neste momento, a proposta inicial está em processo de revisão e alteração para nova avaliação por parte destas mesmas entidades. -----

De seguida, passou a apresentar, conjuntamente com a Senhora Arquiteta Ana Martins, as áreas do Concelho a defender como zonas urbanizadas, justificando os fundamentos a utilizar na sua manutenção e esclarecendo as dúvidas colocadas pelos senhores vereadores. -----

----- Finda a apresentação, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para transmitir ao Executivo que, a partir deste momento, a situação é bastante clara, ou seja, as zonas de possível crescimento ao nível habitacional do Concelho ficarão bem delimitadas. Consequentemente, implicará uma prevalência da recuperação de imóveis do centro da vila e de outros já existentes noutras zonas inseridas no perímetro urbano, sobre a construção de raiz. ---

9
13
06:10
[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Salientou que, mesmo dentro do perímetro urbano, existem zonas nas quais não será permitida a edificação de quaisquer construções, visto que se encontram enquadradas em Reserva Ecológica Nacional (REN) ou em Reserva Agrícola Nacional (RAN). Aludindo à questão dos incêndios, referiu a existência de legislação complementar que impedirá essas construções. ---- Admitindo que é difícil defender a proposta apresentada, após ter assistido a uma das reuniões com as entidades competentes, concluiu que os argumentos a utilizar terão de ser bastante fortes para manter a proposta atual. -----

Por fim, agradeceu a presença do Senhor Engenheiro e da Senhora Arquitecta. -----

Deliberação sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2021 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício e sua submissão a votação da Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente para deliberação, a aprovação dos documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de dois mil e vinte e um, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício e a respetiva submissão à votação da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer uma introdução a este ponto da Ordem do Dia, informando, desde logo, que foram esclarecidas algumas dúvidas colocadas antecipadamente pelo Senhor Vereador Nuno Soares. -----

Lembrou que o ano dois mil e vinte e um se iniciou durante um período de confinamento, o qual contribuiu para que as Câmaras Municipais não exercessem a sua atividade de uma forma normal. Aliado a este facto, é de sua opinião que, a realização de Eleições Autárquicas no ano transato, também teve a sua influência no desempenho daquelas entidades. -----

Recordou ainda que a Prestação de Contas ora em apreço, diz respeito, maioritariamente, a um período de atividade do anterior Executivo, referindo que os últimos meses do ano, já sob gestão do atual Executivo, foram ocupados na construção do Orçamento para o ano. -----

De seguida, concedeu a palavra aos Senhores Vereadores. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção, agradecendo a prontidão no envio dos elementos solicitados e na resposta à questão colocada, relativa ao reflexo, na conta de Dívidas de Terceiros, da situação das rendas do Skiparque. -----

Mencionou que deveria ter sido feita uma menção ao facto de os suplementos de insalubridade e penosidade, referentes ao ano dois mil e vinte e um, não terem sido pagos. -----

Relativamente à execução orçamental, destacou o nível razoável de execução da receita corrente (noventa por cento) considerando muito fraco, o desempenho da receita de capital (cinquenta e um por cento). Declarou que a pandemia provocada pela COVID-19 não poderia ser tida como desculpa principal para este grau de execução, uma vez que, na sua opinião, é uma situação que já vem sucedendo há vários anos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Com o quadro comunitário em pleno funcionamento, opinou que a Câmara Municipal deveria ter tentado usufruir de mais capital proveniente destes fundos pese embora tenha consciência de não ter sido responsabilidade do atual Executivo. -----

Referindo-se à despesa corrente, na ordem dos setenta e quatro por cento (74%) e à despesa de capital, de quarenta e um por cento (41%), afirmou não ser aceitável para um Município que se pretende desenvolver, ter uma execução de despesa de capital na ordem dos trinta e quatro por cento (34%), uma vez que, se aos quarenta e um por cento (41%) que referiu, for subtraída a despesa de passivo financeiro, será de um terço (1/3), o nível de execução desta rúbrica em relação ao orçamentado. -----

Na sua opinião, o Município está a executar pouco porquanto o orçamento não é tão elevado que não permita uma boa taxa de execução em despesa de capital. -----

Deixou como exemplos da fraca execução orçamental o facto de apenas terem sido executados dezasseis mil e setecentos euros (16.700€) concernentes à rede de águas pluviais, treze mil e trezentos mil euros (13.300€) na rede de água e de cerca de dezasseis mil novecentos euros (16.900€) no que diz respeito aos resíduos sólidos. -----

Referindo-se ao problema grave em termos de habitação no Concelho, evidenciou a fraca execução do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PERID), do Programa de Apoio à Pintura de Fachadas (PAPF) e dos Condomínios, que no seu conjunto não ultrapassaram os vinte e três mil e oitocentos euros (23.800€). Desta forma, sugeriu o reforço de investimento na área da habitação. -----

Referiu que na rúbrica "Outras funções", a execução rondou os oitenta e sete por cento (87%), destacando que uma grande fatia tem a ver com o serviço da dívida e transferências para a Administração Local, ou seja, para as freguesias do Concelho. -----

Aludindo a esta última parte, aconselhou a revisão dos protocolos com as Juntas de Freguesia, uma vez que algumas verbas se encontram desatualizadas. -----

Em relação às "Funções Gerais", considerou a taxa de execução, de oitenta por cento (80%), como sendo razoável, destacando que grande parte deste valor respeita a vencimentos e despesas de funcionamento. -----

Nas "Funções Sociais" salientou que apenas foram executados cinquenta e cinco por cento (55%) enquanto as "Funções Económicas" foram alvo de execução de somente um terço (1/3), cifrando-se nos trinta e cinco por cento (35%). -----

Aconselhou mais foco e atenção nas "Funções Sociais e Económicas" preconizando um maior impulso na execução respeitante a estas matérias. -----

Salientou já ter aludido a estas situações na altura da construção do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, devido ao forte impacto que elas têm nas contas do Município. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Perante o exposto, declarou que iria abster-se na votação das Contas, visto que estas não foram da responsabilidade do atual Executivo, na sua quase totalidade. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra asseverando entender e concordar em grande parte com os pontos enunciados pelo Senhor Vereador Nuno Soares. Não deixou, contudo, de lembrar que poderiam existir indicadores que teriam exigido uma maior preocupação, caso não fossem utilizadas as alterações e revisões orçamentais operadas pelo atual Executivo. -----

Notou ainda que muitas vezes, a execução quer da receita, quer da despesa de capital, dependem da aprovação de candidaturas e de outros tipos de financiamento, os quais poderão dar origem a algumas situações das quais não se está à espera. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Branco, no uso da palavra, começou por afirmar entender as palavras do Senhor Vereador Nuno Soares, adiantando, desde logo, a sua intenção favorável de voto, uma vez que, na sua opinião, este Executivo também fez parte do Orçamento ainda que de uma forma muito breve. -----

Do seu ponto de vista, estaria habilitado a votar esta Prestação de Contas, ao contrário do que aconteceu em relação à Prestação de Contas de dois mil e vinte que foi apresentada a votação. - Recordou que o último mandato ficou muito caracterizado pelo conflito e pelo bloqueio das forças políticas existentes na altura. -----

Admitindo a existência de muitos projetos que ficaram por concretizar, esclareceu que estes ficaram organizados de modo a serem passíveis de realização quer no último trimestre de dois mil e vinte e um, quer em dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. -----

Para além de evidenciar o facto de o primeiro trimestre de dois mil e vinte e um ter ainda ficado marcado pela pandemia, lembrou que muitas vezes os *timings* da gestão pública não são os desejáveis, o que dificulta, no seu ver, a execução de muitos destes projetos. -----

Terminou, alegando que a discussão política não faz muito sentido nesta altura de aprovação do documento de Prestação de Contas, mas que a mesma deverá ser efetuada aquando da construção do Orçamento. Lembrou que o Partido Socialista contribuiu com algumas propostas na elaboração do último, tais como o Centro de Trail, a abertura e conclusão do Centro de Ciência Viva de Montanha e a Rota dos Miradouros. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Senhor Vereador Tomé Branco afirmando compreender o alcance da mesma. -----

Informou que o seu voto e o do Senhor Vice-Presidente seriam a favor desta Prestação de Contas, uma vez que o que foi feito no passado está encerrado, cabendo ao atual Executivo demonstrar que consegue fazer mais e melhor. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Salientou, todavia, que a conquista desse objetivo depende de múltiplos fatores, circunstâncias e de concordâncias. Destacou que o presente Executivo tem tido condições diferentes para trabalhar das que existiram no mandato anterior, durante o qual, provavelmente, não houve um alinhamento das forças políticas ou uma estratégia comum para o desenvolvimento de Manteigas. -----

Declarou que, como Presidente da Câmara Municipal, constatou que efetivamente alguns projetos não foram concretizados devido a diversos fatores que não lhe caberia a ele enunciar ou colocar a debate. -----

Relativamente à Prestação de Contas em análise, lembrou que o novo Executivo começou a gestão da Câmara Municipal a cerca de dois meses e meio do final do ano, herdando o que foi bem feito e o menos bem feito pelo Executivo anterior. Realçou que a sua postura se tem pautado por apenas comentar esta matéria nos fóruns próprios advertindo que, no espaço de três anos e meio, as pessoas farão novo julgamento eleitoral. -----

Enquanto tal não acontece, frisou que o atual Executivo terá de primar pela diferença e tentar executar projetos anteriores com algum planeamento reforçando que, independentemente do Presidente de Câmara em funções, existe um Município que tem de dar continuidade aos projetos. -----

Após deixar um agradecimento ao Executivo anterior pelo empenho e dedicação ao Concelho de Manteigas, independentemente dos resultados verificados, não deixou de referir que, no período de gestão do atual Executivo, este encontrou uma Câmara Municipal financeiramente confortável, ao contrário de outras Câmaras Municipais, pelo que não faltou verba no orçamento nem a capacidade de resposta aos problemas mais prementes e primários da Câmara Municipal. Por fim, realçou a ambição renovada para o Município de Manteigas e a visão mais moderna na forma de colaboração e de trabalho que todos os membros do atual Executivo demonstram. ----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos senhores Vereadores Nuno Soares e Ângela Muxana, aprovar os documentos referentes à Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte e um, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício, e bem assim, a sua submissão a votação da Assembleia Municipal. -----

Deliberação sobre a Revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2022 e respetiva remessa à Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente, para deliberação, o envio da Revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ---

----- Em relação a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que esta revisão orçamental teve por base a aquisição de duas viaturas elétricas em regime de *leasing* e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

anulação de abertura das rubricas referentes à transferência de competências na área da Educação. -----

Quanto à última parte, explicou que, inicialmente, foram abertas rubricas de modo a Câmara Municipal ficar com todas as competências relativas a esta área. -----

Contudo, o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Manteigas alertou para o facto de algumas experiências noutras Câmaras Municipais não estarem a decorrer de acordo com o expectável, pelo que seria conveniente delegar grande parte das competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, dado estas serem passíveis de delegação. -----

Concluiu tratar-se, no fundo, do aperfeiçoamento de um processo que não foi desenvolvido corretamente na sua versão original. -----

Quanto à aquisição das duas viaturas elétricas, explanou tratar-se de uma candidatura a fundos comunitários, nomeadamente ao Fundo Ambiental, sobre a qual incidirá um financiamento de doze mil euros (12.000€) por cada viatura, o qual se encontra já aprovado. -----

Indicou que esta candidatura pressupõe a aquisição através de *leasing* e o abate de duas viaturas do parque automóvel da Câmara Municipal, designadamente um Ford Orion e uma Ford Transit, esta última adstrita ao serviço de águas. -----

Enfatizou o facto de esta aquisição contribuir para uma diminuição das emissões de carbono tornando o Município mais amigo do ambiente e indo ao encontro das tendências atuais de mobilidade. -----

De seguida, questionou se algum dos Senhores Vereadores desejavam intervir. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Branco solicitou a palavra e questionou se uma das viaturas a adquirir seria destinada ao serviço de águas e a outra ao protocolo existente com a Guarda Nacional Republicana (GNR). Relativamente a esta última, e caso se confirme a sua aquisição, deixou a sugestão de se adquirir uma viatura com tração integral para poder responder a situações em zonas rurais ou em caso de existência de neve, não tendo de ser necessariamente um veículo todo-o-terreno. -----

Questionou também acerca da suficiência do "envelope financeiro" relativo à transferência de competências na área da Educação, do Estado para o Município, tentando perceber se este processo irá interferir no orçamento da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que a afetação das viaturas ainda não está definida. Todavia, ganha força a possibilidade de afetar uma delas à GNR, no âmbito do Programa Especial de Policiamento de Proximidade (PEPP), que irá necessitar de uma viatura para fazer segurança na área da Educação, do Turismo e Ação Social. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quanto à questão do “envelope financeiro” em matéria da transferência de competências na Educação, referiu que devido ao cenário de inflação atual e do qual se prevê a sua continuação, é muito provável que o orçamento camarário seja afetado. -----

Como exemplo, destacou o facto de a cantina escolar usufruir, para além das tranches mensais, de uma transferência complementar no final do ano, da parte do Ministério da Educação, para fazer face ao défice financeiro acumulado ao longo do ano. Nesta transferência de competências, o valor transferido para os Municípios será o equivalente apenas às tranches mensais pelo que o défice referido, a existir, terá de ser compensado pelo orçamento da Câmara Municipal. -----

Também a proximidade, quer física quer comunicacional, existente entre o Agrupamento de Escolas de Manteigas e a Câmara Municipal tornará mais simples e rápida a informação e pedidos, da parte do Senhor Diretor do Agrupamento, acerca de situações para resolução, o que poderá implicar um incremento da materialização efetiva de despesa e, por conseguinte, o recurso ao orçamento camarário. -----

Esclareceu, no entanto, que, apesar de as intervenções globais e estruturais continuarem a ser da responsabilidade do Estado, a Câmara Municipal dará conta das mais pequenas e prementes. Lembrou que a sede do Agrupamento de Escolas conta já com trinta anos de existência e que os problemas estão agora a começar a surgir. Assim, denotou que o valor anual recebido do Ministério da Educação poderá não ser suficiente para colmatar estas situações. ---

Mais referiu que concorda com o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto quando este afirma que estamos perante a “tareficação” dos Municípios, ou seja, o Governo não estará a transferir competências, mas sim tarefas que já não quer fazer. -----

Informou que vários Municípios não irão assinar e aceitar a transferência de competências nos moldes atuais, salientando que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) terá de ter uma postura forte na negociação com o Governo ou perderá mais Municípios a par do que aconteceu com o Município referido. -----

De seguida concedeu a palavra ao Senhor Vereador Nuno Soares. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares, no uso da palavra, começou por dizer que algumas das questões que iria colocar já tinham sido levantadas pelo Senhor Vereador Tomé Branco, nomeadamente, quanto à possibilidade de uma das viaturas a adquirir ser adstrita à GNR. -----

De seguida, manifestou a sua concordância com as palavras do Senhor Presidente no que toca à transferência de competências. Afirmou não poder concordar, enquanto autarca e vereador, que o Governo “despeje” tarefas nos Municípios. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deixou à reflexão o facto de este processo ter de ser acompanhado de um “pacote financeiro” robusto para que os Municípios tenham as condições suficientes para assumir as obrigações, sem prejudicarem ainda mais os orçamentos municipais. -----

Realçou que, com um pacote financeiro correspondente às responsabilidades assumidas, os Municípios terão facilidade em resolver, mais rapidamente e melhor, as situações com as quais se irão deparando, também pela proximidade referida anteriormente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Terminou a sua intervenção, declarando o seu apoio a uma possível posição que a Câmara Municipal queira tomar sobre esta matéria porque, na sua ótica, as responsabilidades de todos os membros do Órgão Executivo passam pela defesa dos interesses de Manteigas e dos manteiguenses e não pelos interesses do Governo ou do partido que representam. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu e reforçou as palavras do Senhor Vereador Nuno Soares salientando que, ao nível da CIMBSE, tem tido a noção de que os Presidentes de Câmara estão presentes para defender os interesses dos seus munícipes. -----

----- Colocada a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Revisão n.º 2 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022. -----

Deliberação sobre a Alteração Orçamental n.º 1/2022. -----

----- Foi presente para aprovação, a alteração orçamental n.º 1/2022. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta alteração orçamental corresponde a um ajustamento de verbas que se traduziu na retirada de valores excedentários nalgumas rubricas para reforço de outras que tinham uma dotação deficitária. -----

Neste contexto, informou que a aquisição de serviços no âmbito do cartão municipal do idoso foi reforçada em contrapartida da diminuição da rubrica “Bolsas de estudo para o ensino superior”, no valor de dezassete mil oitocentos e trinta e cinco euros (17.835€), uma vez que as bolsas de estudo se encontravam pagas. Com este reforço, será possível lançar o concurso de aulas de ginástica geriátrica, o qual se encontra finalizado faltando apenas a dotação orçamental. -----

Indicou que, quanto à despesa de capital, procedeu-se à redução da rubrica “Aquisição de terrenos” em cinquenta mil euros (50.000€) reforçando-se, por outro lado, a “Aquisição e investimento em edificios” lembrando que já tinha sido referido em momentos anteriores que esta rubrica possuía uma dotação orçamental reduzida. -----

Comunicou também que o valor correspondente à Requalificação da Envolvente da Fonte Santa se mostrava excessivo visto a obra estar perto da sua conclusão. Assim, foram retirados quinze mil euros (15.000€) para reforçar as rubricas “Plano Diretor Municipal” (PDM) em cinco mil euros (5.000€) e o “Plano de Pormenor das Penhas Douradas” em dez mil euros (10.000€),



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

respetivamente. Informou que, devido ao número de alterações a operar no PDM, irão ser necessários serviços adicionais por parte da empresa que está a acompanhar o processo. Quanto ao Plano de Pormenor das Penhas Douradas transmitiu que terá de ser efetuado o cadastro daquela área no sentido de se perceber quem são os proprietários dos terrenos e das habitações, de forma que a revisão deste Plano de Pormenor possa avançar. -----

Para concluir, comunicou que foram reforçadas as rubricas “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” em vinte mil euros (20.000€) e “Promoção turística do Concelho – táxis” em seis mil, trezentos e oitenta euros (6.380€), por conta de “Outros trabalhos especializados” que foi diminuída em vinte e seis mil, trezentos e oitenta euros (26.380€). -----

----- O Senhor Vereador Tomé Branco, no uso da palavra, questionou o Senhor Presidente da Câmara se estava prevista a aquisição de algum edifício tendo em conta o reforço apresentado. Deixou nota de que é já tempo de se iniciarem as atividades com os idosos do Concelho, de modo a permitir um envelhecimento ativo destes munícipes. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara concordou plenamente com a nota transmitida pelo Senhor Vereador Tomé Branco em relação aos idosos do Município. -----

De seguida, informou que se encontra prevista a aquisição de um edifício, não divulgando, contudo, muitos pormenores relativamente a este assunto. Ainda assim, revelou ter já efetuado uma visita ao edifício em causa no sentido de perceber em que condições o mesmo se encontra. Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração orçamental. -----

Deliberação sobre a nomeação do Presidente da Câmara como representante do Município na Sociedade Hidroelétrica de Manteigas e sobre as resoluções, aprovadas em Assembleias Gerais da referida sociedade, concernentes à reestruturação da dívida e à redução do capital social, no âmbito da informação n.º 1405/Proc.2022/100.20.001/8. -----

----- Foi presente, para deliberação, a nomeação do Senhor Presidente da Câmara como representante do Município na Sociedade Hidroelétrica de Manteigas e sobre a submissão, à Assembleia Municipal, das resoluções aprovadas nas Assembleias Gerais da sociedade, concernentes à reestruturação da dívida e à redução do capital social. -----

----- Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara elucidou que foi convocado para representar o Município em três Assembleias Gerais (AG) desta sociedade: uma para oficializar a sua nomeação como representante do Município de Manteigas, que detém uma participação social, e as duas restantes concernentes a uma reestruturação da dívida da sociedade e à redução do capital social, respetivamente. -----

Perante dúvidas que lhe surgiram sobre este processo, informou que solicitou aos serviços jurídicos da Câmara Municipal um esclarecimento sobre esta matéria. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Referiu que foi esclarecido que se tratavam de operações normais nas sociedades comerciais, nomeadamente, no que diz respeito à redução de capital, uma vez que, ao possuir um capital social alto, a sociedade seria obrigada a ter constituídas reservas legais igualmente elevadas e que, neste momento, não se mostrava necessária a existência destas reservas excedentárias. -- Transmitiu que votou favoravelmente em todas as AG, dado que e, segundo foi informado, independentemente da intenção de voto, o seu efeito prático seria exatamente o mesmo, visto o Município ser um sócio minoritário. -----

Comunicou que, do ponto de vista moral, não se sentiria bem consigo próprio se não trouxesse esta questão à reunião de Câmara apesar de ter tido conhecimento que, por norma, este assunto não costuma ser apresentado neste plenário. -----

Referiu ainda que a deliberação terá de retroagir a um de abril, data das AG, sendo que as referentes à reestruturação da dívida e da redução de capital terão de ser submetidas a aprovação do órgão deliberativo do Município, tendo o efeito prático já referido. -----

Por fim, deixou à consideração dos Senhores Vereadores qualquer questão que estes desejassem colocar. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares tomou a palavra e agradeceu a explicação dada pelo Senhor Presidente. Referiu recordar-se de esta questão da nomeação (do Presidente da Câmara como representante do Município na sociedade) já ter sido presente a reunião de Câmara noutros anos, mas não no anterior Executivo. -----

Declarou entender o objetivo da empresa, sendo preferível, na sua opinião, o Município receber uma parte das reservas que serão libertadas do que ver a empresa a aplicar este capital a seu bel-prazer. -----

Afirmou recordar-se de haver distribuição de lucros com alguma regularidade dando conta que tal não aconteceu nos últimos três ou quatro anos, talvez devido a uma grande reestruturação pela qual passou o grupo GENERG, do qual a sociedade faz parte. Daí, a constituição destas reservas. -----

Salientou, todavia, que, na sua ótica, o mais importante não é a distribuição de reservas, mas sim a garantia, por parte da sociedade, do investimento que foi efetuado em Manteigas e da disponibilidade de capacidade financeira necessária para assegurar a reformulação e modernização do equipamento que, segundo a sua memória, já terá cerca de vinte (20) anos. ---

Lembrou que, na altura, foi feito um investimento considerável tendo o Município participado com o equivalente à sua quota societária que é de dez por cento (10%). -----

Informou que iria votar favoravelmente, aconselhando que, numa próxima AG desta sociedade, o Senhor Presidente tente saber qual o estado e o tempo de vida útil dos equipamentos instalados, para que o Município não receba agora parte destes montantes libertados e posteriormente



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

venha a ser chamado a fazer um aumento de capital com o objetivo de reformulação e modernização daqueles equipamentos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara considerou pertinente a nota dada pelo Senhor Vereador Nuno Soares revelando que numa das AG questionou o gerente da sociedade acerca da continuidade deste projeto tendo a resposta sido afirmativa. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Branco tomou a palavra para questionar se nos últimos anos tinham sido distribuídos dividendos e se iria efetivar-se a distribuição das reservas livres excedentárias, uma vez que a ata da AG relativa à redução do capital não era explícita nessa matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que já terão sido distribuídos dividendos apesar de não conseguir precisar em que anos essa distribuição ocorreu. -----
Quanto à distribuição de reservas livres, revelou que tinha informação da parte do gerente da sociedade de que tal iria acontecer. -----

----- O Senhor Vereador Tomé Branco expressou o desejo de ver aquela intenção concretizada sugerindo que o Executivo acompanhe de perto esta matéria, pois segundo os seus cálculos e tendo em conta a produção da mini-hídrica, o Município poderá ver aqui uma fonte de financiamento considerável. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares afirmou ter ideia de o Município já ter recebido entre setenta mil euros (70.000€) e oitenta mil euros (80.000€) num ano, relativos à distribuição de dividendos correspondente à sua quota de dez por cento (10%). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara concluiu que foi importante trazer o assunto a reunião de Câmara por uma questão de salvaguarda legal e para que todos os membros do Executivo ficassem elucidados quanto a este assunto. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- - Nomear o Senhor Presidente da Câmara Municipal, com efeitos a um de abril de dois mil e vinte e dois, como representante do Município na Sociedade Hidroelétrica de Manteigas, Lda.;

----- - Submeter, a aprovação da Assembleia Municipal, as resoluções supracitadas. -----

Deliberação sobre a proposta de início do procedimento para aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Manteigas. -----

----- Foi presente, para deliberação, a proposta de início do procedimento para aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer um resumo do ponto, referindo que o Orçamento Participativo Jovem poderia ser mais interessante e útil do que o Orçamento Participativo, uma vez que este não tem funcionado da melhor forma. No seu entendimento, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

regulamento do Orçamento Participativo contém normas desfasadas da realidade e a participação não tem sido a desejável, aludindo às duas propostas recebidas no ano anterior. --- Quanto ao Orçamento Participativo Jovem, referiu que este pode ter uma dinâmica diferente, uma vez que dará aos jovens de Manteigas o direito de poderem participar na vida cívica e na construção de um Concelho melhor. -----

Informou também que o regulamento está a ser preparado, existindo já uma versão inicial que poderá ser enviada aos membros do Executivo, caso assim o desejem. Verificando que nenhum membro do Órgão Executivo quisesse usar da palavra, colocou o ponto a votação. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o início do procedimento para aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Manteigas.

Deliberação sobre o valor a afetar, no âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas. -----

----- Foi presente, para deliberação, a proposta sobre o valor a afetar, no âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, aludindo, uma vez mais, à necessidade de alteração do regulamento do Orçamento Participativo, referiu que o seu artigo 7.º é pouco claro e que, segundo informações obtidas, raramente é respeitado. Esclareceu que, o valor nunca é definido na altura da construção do Orçamento Municipal, mas sim após a receção das propostas do Orçamento Participativo. -----

Explanou que neste momento, o regulamento exige um tratamento igualitário em termos de oportunidade para todas as freguesias do Município, sendo que uma freguesia não pode ter, por exemplo, dois projetos e outra, nenhum. -----

Defendeu assim que o Orçamento Participativo deve ser um Orçamento Municipal na verdadeira aceção da palavra no sentido de não prejudicar um bom projeto em detrimento de outro, independentemente da Freguesia ao qual esse projeto se destine. -----

De seguida, propôs que fosse afetado a este programa o valor de cem mil euros (100.000€), valor este idêntico ao do ano anterior. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, afetar ao Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas o valor de cem mil euros (100.000€). ---

Deliberação sobre a proposta de integração de entidades na Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). -----

----- Foi presente, para deliberação, a proposta de integração das seguintes entidades na Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- - Representante de instituições de ensino superior (alínea c) do n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto): Instituto Politécnico da Guarda. -----

----- - Representantes de outras entidades (alínea e) do n.º 1 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto): Associação Geopark Estrela, Associação do Agrupamento de Baldios da Serra da Estrela Norte e Entidade Regional de Turismo do Centro. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as entidades constantes da proposta de integração haviam sido já definidas no seio da Comissão de Cogestão à qual o Município de Manteigas preside. Todavia, esta proposta terá de ser aprovada em reunião do Órgão Executivo.

----- O Senhor Vereador Nuno Soares questionou o facto de estar o Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e não a Universidade da Beira Interior (UBI). -----

----- Também o Senhor Vereador Tomé Branco questionou a presença da Associação do Agrupamento de Baldios da Serra da Estrela Norte e não a do Sul. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que apenas poderia ser nomeado um representante de instituições de ensino superior informando que a UBI se posicionou como parceira do IPG. -----

Em relação às restantes entidades, transmitiu que houve lugar a uma votação nominal sobre várias entidades propostas, tendo sido estas as escolhidas para serem sujeitas a aprovação dos Órgãos Executivos dos Municípios que constituem a Comissão de Cogestão. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a integração das entidades supracitadas, na Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). -----

Deliberação sobre o Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Manteigas no Agrupamento de Escolas de Manteigas e respetiva remessa à Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente, para deliberação, a minuta do Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Manteigas no Agrupamento de Escolas de Manteigas e respetiva submissão à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este contrato de delegação de competências decorreu da revisão orçamental aprovada no ponto 3.3. desta Ordem do Dia, o qual terá de ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação. Informou que foi elaborado com base em contratos de outras escolas e com o contributo do Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Manteigas e do Senhor Coordenador da Equipa de Pessoal não Docente. -----

Verificando não haver intenção de intervenção por parte dos Senhores Vereadores, colocou o ponto a votação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido contrato e enviar o mesmo à Assembleia Municipal de Manteigas para aprovação. -----

Deliberação sobre a informação n.º 1503/Proc.2022/850.10.003/5, referente à reabertura de candidaturas, no âmbito do Regulamento de Apoio à Fixação de Empresas, ao Emprego e ao Investimento - 2.ª alteração. -----

----- Foi presente, para deliberação, a reabertura de candidaturas, no âmbito do Regulamento de Apoio à Fixação de Empresas, ao Emprego e ao Investimento - 2.ª alteração. -----

----- Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que apesar da demora, a reabertura de candidaturas poderá vir a ser benéfico face à situação de grande incerteza económica que se vive devido à guerra na Ucrânia. -----

Justificou a demora com o facto de haver muito trabalho e prioridades nos serviços da Câmara Municipal sendo que, o importante é estar a ser presente a reunião de Câmara para aprovação.

----- O Senhor Vereador Tomé Branco concordou que este ponto é extemporâneo, visto que o seu objetivo era amenizar os efeitos causados pela pandemia da COVID-19. Todavia, constatou que a aprovação da reabertura destas candidaturas poderá ajudar as empresas num momento de aumento dos preços das matérias-primas e tendo em linha de conta todas as variações de mercado decorrentes da guerra no Leste. -----

Questionou ainda sobre a existência de alterações ao regulamento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não foram efetuadas quaisquer alterações ao regulamento. -----

----- Colocada a votação, a Câmara Municipal, deliberou aprovar, por unanimidade, a reabertura de candidaturas, no âmbito do Regulamento supramencionado. -----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização do pavilhão gimnodesportivo, efetuado pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas, com vista à realização de estágio técnico de preparação, no âmbito da modalidade de Karaté Escolar.

----- Foi presente, para deliberação, o pedido de isenção de taxas de utilização do pavilhão gimnodesportivo, formulado pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas, com vista à realização de um estágio no âmbito da modalidade de Karaté Escolar. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar o Agrupamento de Escolas de Manteigas, de taxas de utilização do pavilhão gimnodesportivo, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Taxas Municipais. -----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização de instalações do Ninho de Empresas, efetuado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, com vista à realização de sessões de formação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Foi presente, para deliberação, o pedido de isenção de taxas de utilização do Ninho de Empresas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, com vista à realização de sessões de formação. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, de taxas de utilização do Ninho de Empresas, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Taxas Municipais, para os efeitos referidos. -----

Deliberação sobre a atribuição de topónimo a arruamento paralelo à Rua de Santa Maria e convergente com a Rua do Triunfo. -----

----- Foi presente, para deliberação, a atribuição de topónimo a arruamento paralelo à Rua de Santa Maria e convergente com a Rua do Triunfo. -----

----- Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara informou da existência de várias reclamações de munícipes devido a dificuldades na renovação do Cartão de Cidadão e na celebração de contratos, uma vez que as moradas onde residem se encontram desatualizadas e não conformes com os diversos programas informáticos que, atualmente, detetam os códigos postais de forma automática. -----

Neste sentido, transmitiu que deveria ser dada uma toponímia a este arruamento, que liga a Rua de Santa Maria (junto ao "Genius Bar") à Rua do Triunfo. -----

Comunicou que são atribuídos vários nomes àquele arruamento e que o objetivo desta deliberação passa pelo estabelecimento definitivo de um topónimo para o mesmo. -----

Informou que, como estipulado na legislação em vigor, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Santa Maria, o qual se mostrou inconclusivo. -----

----- O Senhor Vereador Nuno Soares, no uso da palavra, questionou se a Comissão de Toponímia foi consultada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, pelo estabelecido na legislação atual, a consulta da Comissão de Toponímia não é obrigatória. Referiu que este problema com as moradas no Município irá agravar-se com a substituição dos atuais carteiros, que são de naturais de Manteigas e residem no Concelho, quando se aposentarem. -----

Posto isto, deixou à consideração dos membros do Órgão Executivo a proposta de "Travessa do Cimo da Vila", uma vez que estabelece uma ligação entre duas vias públicas e porque, efetivamente, aquela zona é já considerada o Cimo da Vila. -----

----- Colocada a votação, a Câmara Municipal, deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição do topónimo "Travessa do Cimo da Vila" ao arruamento referido. -----

Conhecimento dos Atos Praticados por Delegação de Competências. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da listagem dos Atos Praticados por Delegação de Competências. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aprovação em minuta das deliberações, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi proposta a aprovação em minuta das deliberações tomadas nos pontos 3.2., 3.3., 3.4., 3.5., 3.6., 3.7. 3.8., 3.9., 3.10., 3.11., 3.12. e 3.13., para produção de efeitos imediatos. Colocada a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia anterior, que acusa um saldo em dinheiro no montante de dois milhões, seiscentos e sete mil, cento e dezoito euros e vinte e sete cêntimos (2.607.118,27€). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezoito horas e trinta minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes, e por mim, _____
Isidro Manuel Leitão Marques, Assistente Técnico, que a redigi. -----

Isidro Manuel
Isidro Manuel Leitão Marques

Isidro Manuel

Isidro Manuel



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

